

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **REQUERENTE:** Maria Aparecida Ferreira Almeida - Secretária Municipal de Saúde

2. **OBJETO:**

2.1. Registro de preços, pelo período de 12 meses, para eventual e futura aquisição de insumos médico-hospitalares para distribuição à população junto a Farmácia Municipal e utilização pelas Unidades Municipais de Saúde.

2.2. Os itens abaixo deverão ser fornecidos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	100	8.4747	847,47
002	ÁCIDO PERACÉTICO 0,2% - 5 LITROS + INIBIDOR DE CORROSÃO COM REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	200	257.6000	51.520,00
003	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - 1 LITRO	UNIDADE	200	6.3169	1.263,38
004	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - ALMOTOLIA C/ BICO 100ML USO HOSPITALAR.	UNIDADE	600	4.0250	2.415,00
005	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML C/ 200 UNIDADES.	CAIXA	120	72.4100	8.689,20
006	AGULHA 13X0,45 C/ 100 UNIDADES	CAIXA	100	39.9433	3.994,33
007	AGULHA 25X07 C/ 100 UNIDADES	CAIXA	150	38.4733	5.771,00
008	AGULHA 25X08 C/ 100 UNIDADES	CAIXA	300	36.1967	10.859,01
009	AGULHA 40X12 C/ 100 UNIDADES	CAIXA	300	18.0400	5.412,00
010	AGULHA DESCARTÁVEL TAMANHO 20 X 5,5 C/ 100 UNIDADES	CAIXA	100	13.2333	1.323,33
011	ÁLCOOL 70% 1 LITRO PARA SUPERFÍCIE.	UNIDADE	1500	9.2600	13.890,00
012	ÁLCOOL 70% - ALMOTOLIA 100ML (USO TÓPICO)	UNIDADE	500	5.5699	2.784,95
013	ÁLCOOL 70% GEL - ALMOTOLIA PARA MÃOS 500G.	UNIDADE	500	8.7521	4.376,05
014	ALGODÃO HIDRÓFILO 100GR (BOLINHA).	PACOTE	1500	5.4200	8.130,00
015	ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR - HOSPITALAR (ROLO DE ALGODÃO 500 G)	UNIDADE	300	14.4084	4.322,52
016	ALGODÃO ORTOPÉDICO 10CM X 1,80 M C/ 12 UNIDADES.	PACOTE	200	10.2741	2.054,82
017	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15CM X 1,80M C/ 12 UNIDADES.	PACOTE	200	15.3108	3.062,16
018	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20CM X 1,80M C/ 12 UNIDADES.	PACOTE	200	26.6247	5.324,94
019	AMBÚ ADULTO COMPLETO COM RESERVATÓRIO	UNIDADE	15	263.8571	3.957,86
020	AMBÚ INFANTIL COMPLETO COM RESERVATÓRIO	UNIDADE	20	342.3255	6.846,51
021	AMBÚ NEONATAL COMPLETO COM RESERVATÓRIO.	UNIDADE	20	321.2255	6.424,51
022	APARELHO DE GLICEMIA ACCU-CHECK ACTIVE	UNIDADE	60	107.2950	6.437,70
023	APARELHO DE GLICEMIA ON CALL PLUS	UNIDADE	60	72.2250	4.333,50
024	APARELHO DE PA COM BOTÃO + ESTETOSCOPIO ADULTO - TIPO BD	UNIDADE	100	195.6744	19.567,44
025	APARELHO DE PA COM INFANTIL - TIPO BD	UNIDADE	20	205.3573	4.107,15

026	APARELHO DE PA PARA OBESOS	UNIDADE	20	118.4090	2.368,18
027	ARTIGO ORTOPEDICO MOLDAVEL 10CM X 3M (ATADURA GESSADA)	UNIDADE	300	2.2897	686,91
028	ARTIGO ORTOPEDICO MOLDAVEL 15CM X 3M (ATADURA GESSADA)	UNIDADE	200	9.4118	1.882,36
029	ARTIGO ORTOPEDICO MOLDAVEL 20CM X 3M (ATADURA GESSADA)	UNIDADE	200	145.8233	29.164,66
030	ATADURA DE CREPE COM 10X1,8M TECIDO 90% ALGODÃO,3% POLIESTER, 7% ELASTANO - 13 FIOS.	UNIDADE	6000	7.3414	44.048,40
031	ATADURA DE CREPE COM 15X1,8M TECIDO 70% ALGODÃO, 22% POLIESTER, 8% ELASTANO - 21,8G	UNIDADE	3000	13.8579	41.573,70
032	ATADURA DE CREPE COM 20X1,8M TECIDO 90% ALGODÃO,3% POLIESTER, 7% ELASTANO - 13 FIOS	UNIDADE	3000	20.9154	62.746,20
033	ATADURA ELÁSTICA 15 CM X 2,2 M.	UNIDADE	3000	9.5900	28.770,00
034	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO GRAMATURA 50	UNIDADE	1000	11.6519	11.651,90
035	BATERIA DE LÍTIU- CR 2032 A	UNIDADE	200	32.0058	6.401,16
036	BICARBONATO DE SÓDIO SOLUÇÃO INJETÁVEL 84MG/ML 250 ML.	UNIDADE	200	48.3700	9.674,00
037	BOLSA COLETORA SISTEMA FECHADO C/ VÁLVULA ANTI REFLUXO E CÂMARA DE PASTEUR - 2L (COLETOR DE DIURESE COM SISTEMA FECHADO CONTROLE DE FLUXO DE APROXIMADO DA DIURESE DE UM PACIENTE. CONFECCIONADAS EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, TRANSPARENTE, ATÓXICO E MALEÁVEL COM CAPACIDADE PARA 2000ML, MARCAÇÕES APROXIMADAS COM INTERVALOS GRADUAIS DE 50 E 100 ML ATÉ CAPACIDADE PARA 2000ML, MARCAÇÕES APROXIMADAS COM INTERVALOS GRADUAIS DE 50 E 100 ML ATÉ 2.000 ML,)	UNIDADE	400	7.2567	2.902,68
038	BOTA DE UNNA TRATAMENTO DE ÚLCERAS VENOSAS DE PERNA E EDEMA LINFÁTICO, TROMBOFLEBITES, ECZEMA, TAMANHO 7,5CM X 6,00M 7,6CM X 9,14M 10,2CM X 9,14M, CAIXA COM 1 UNIDADE.	UNIDADE	100	30.4800	3.048,00
039	CADEIRA DE RODAS.	UNIDADE	10	750.7633	7.507,63
040	CADEIRA DE RODAS PARA BANHO	UNIDADE	10	542.5200	5.425,20
041	CAMPO CIRÚRGICO ESTERIL FENESTRADO 50 X50 CM.	UNIDADE	300	9.0647	2.719,41
042	CÂNULA DE GUEDEL Nº 0	UNIDADE	10	4.3633	43,63
043	CÂNULA DE GUEDEL Nº 1	UNIDADE	10	5.1700	51,70
044	CÂNULA DE GUEDEL Nº 2	UNIDADE	10	5.2300	52,30
045	CÂNULA DE GUEDEL Nº 3	UNIDADE	10	4.4267	44,27
046	CÂNULA DE GUEDEL Nº 4	UNIDADE	10	5.9233	59,23
047	CÂNULA DE GUEDEL Nº 5	UNIDADE	10	5.7267	57,27
048	CÂNULA TUBO DE TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO Nº 7.0	UNIDADE	10	29.4635	294,64
049	CÂNULA TUBO DE TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO Nº 8.0	UNIDADE	10	31.8048	318,05
050	CÂNULA TUBO DE TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO Nº 9	UNIDADE	10	31.4400	314,40
051	CARVÃO ATIVADO EM PÓ 500G	UNIDADE	10	90.6150	906,15
052	CATETER INTRAVENOSO Nº 14 C/ 100 (JELCO)	CAIXA	10	175.0000	1.750,00
053	CATETER INTRAVENOSO Nº16 C/ 100 (JELCO)	CAIXA	10	144.0000	1.440,00
054	CATETER INTRAVENOSO Nº 18 C/ 100 (JELCO)	CAIXA	10	135.0000	1.350,00

055	CATETER INTRAVENOSO Nº 20 C/ 100 (JELCO)	CAIXA	100	146.0000	14.600,00
056	CATETER INTRAVENOSO Nº 22 C/ 100 (JELCO)	CAIXA	100	213.0000	21.300,00
057	CATETER INTRAVENOSO Nº 24 C/ 100 (JELCO)	CAIXA	100	136.0000	13.600,00
058	CATÉTER NASAL TIPO ÓCULOS – ADULTO.	UNIDADE	1500	1.8733	2.809,95
059	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS - INFANTIL	UNIDADE	100	1.7586	175,86
060	CLORETO DE SÓDIO 0,9% USO TÓPICO - 100ML.	UNIDADE	1200	5.6833	6.819,96
061	CLORETO DE SÓDIO 0,9% USO TÓPICO - 250 ML	UNIDADE	1200	6.5633	7.875,96
062	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2%, EMBALAGEM DE 100 ML EM ALMOTOLIA, PRODUTO À BASE DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA, INDICADO PARA ASSEPSIA E DEGERMAÇÃO DAS MÃOS E ANTEBRAÇOS DA EQUIPE CIRÚRGICA, AMBULATÓRIA, LABORATORIAL, PREPARO PRÉ-CIRÚRGICO DA PELE DE PACIENTES E EM FERIDAS DE PEQUENAS EXTENSÕES.	UNIDADE	300	3.3533	1.005,99
063	CLOREXIDINA SOLUÇÃO ALCÓOLICA 0,5% 100ML ALMOTOLIA.	UNIDADE	250	2.8242	706,05
064	CLOREXIDINA SOLUÇÃO AQUOSA 0,2% - 100ML ALMOTOLIA.	UNIDADE	250	3.2699	817,48
065	COLAR CERVICAL RÍGIDO ADULTO C/ FIBRA G (COLAR CERVICAL RESGATE)	UNIDADE	5	26.7400	133,70
066	COLAR CERVICAL RÍGIDO ADULTO C/ FIBRA M (COLAR CERVICAL RESGATE)	UNIDADE	5	23.9683	119,84
067	COLAR CERVICAL RÍGIDO ADULTO C/ FIBRA P (COLAR CERVICAL RESGATE)	UNIDADE	5	24.3533	121,77
068	COLAR CERVICAL RÍGIDO ADULTO C/ FIBRA PP (COLAR CERVICAL RESGATE)	UNIDADE	5	19.4933	97,47
069	COLCHAO TIPO CAIXA DE OVO INFLAVEL	UNIDADE	25	198.3300	4.958,25
070	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES PAPELÃO 13 LITROS	UNIDADE	800	6.9907	5.592,56
071	COLETOR DE URINA FEMININO COMADRE 3,5 LITRO EM INOX.	UNIDADE	10	260.9667	2.609,67
072	COLETOR DE URINA MASCULINO PAPAGAIO 01 LITRO EM INOX	UNIDADE	10	145.2915	1.452,92
073	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO TIPO SACO.	UNIDADE	300	4.6100	1.383,00
074	COMPRESSA CIR. 45X50CM 100% ALGODÃO - 4 CAMADAS E FIO RADIOPACO C/ 50 UNIDADES.	UNIDADE	100	82.6356	8.263,56
075	COMPRESSA CIR 7,5X7,5 CM; 70% FIBRA DE VISCOSE E 30% DE FIBRA DE POLIESTER PURIFICADO 9 FIOS C/500	UNIDADE	1000	31.7535	31.753,50
076	COMPRESSA DE GAZE 13 FIOS NÃO ESTÉRIL C/500	UNIDADE	1000	34.0508	34.050,80
077	CONJUNTO DE MICRONEBULIZADOR ADULTO.	UNIDADE	100	10.4313	1.043,13
078	CONJUNTO DE MICRONEBULIZADOR PEDIATRICO.	UNIDADE	100	10.5642	1.056,42
079	CUBA RIM EM AÇO INOX MÉDIO	UNIDADE	15	57.6026	864,04
080	CURATIVO DE ALGINATO COM PRATA 10 X 10CM COM 10 UNIDADES.	PACOTE	5	25.6933	128,47
081	CURATIVO DE HIDROCOLOIDE 20 X 20CM CURATIVO COM FÓRMULA DE GEL CONTROLADA INDICADO PARA DIVERSOS TIPOS DE FERIDAS COM LEVE A MODERADA EXSUDAÇÃO, COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA AUTOADESIVA HIPOALERGÊNICA, CONTENDO HIDROCOLOIDE (CMC-	UNIDADE	20	65.8467	1.316,93

	CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA), POLI-ISOBUTILENO E CONSERVANTES, UMA CAMADA EXTERNA DE FILME DE POLIURETANO E UM LINER, COMPOSTO POR PAPEL SILICONADO, PACOTE COM 10 UNIDADES.				
082	CURATIVO HIDROCOLOIDE 10 X 10 CM	UNIDADE	60	6.3267	379,60
083	DETERGENTE ENZIMATICO 1 L.	UNIDADE	250	30.6926	7.673,15
084	DETERGENTE MULT ENZIMATICO 1 L	UNIDADE	100	26.2067	2.620,67
085	DISPOSITIVO DE TRANSFERÊNCIA DE SOLUÇÕES (TRANSAFX).	UNIDADE	500	1.1190	559,50
086	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº 6 (URIPEN)	UNIDADE	50	4.1800	209,00
087	DRENO DE LÁTEX PENRONSE Nº 2.	UNIDADE	10	3.6331	36,33
088	DRENO TORACICO 100% SILICONE OU PVC, NUMERO 24	UNIDADE	10	8.2625	82,63
089	DRENO TORACICO NUMERO 22	UNIDADE	10	7.6750	76,75
090	ELETRODO CARDIOLOGICO ADULTO, 4,5CM, +/- 0,5CM, PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	90	111.8750	10.068,75
091	EQUIPO DE HEMOTRANSFUSÃO	UNIDADE	250	6.5400	1.635,00
092	EQUIPO DE NUTRIÇÃO ENTERAL 1,2M A 1,5 M.	UNIDADE	150	2.0817	312,26
093	EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL	UNIDADE	10000	1.9642	19.642,00
094	EQUIPO MICROGOTAS	UNIDADE	300	2.7356	820,68
095	ESPAÇADOR PARA AEROSOLTERAPIA USO ADULTO	UNIDADE	25	63.0567	1.576,42
096	ESPARADRAPO 10CMX 4,5M 100% ALGODÃO - RESISTENTE COM CAPA.	UNIDADE	600	11.2560	6.753,60
097	ÉTER ETÍLICO - USO HOSPITALAR 1 LITRO (ETER COMERCIAL)	UNIDADE	7	45.6967	319,88
098	FILME PARA RAO X - 18X24 C/ 100.	CAIXA	5	129.4937	647,47
099	FILME PARA RAO X - 24X30 C/ 100	CAIXA	5	224.4911	1.122,46
100	FILME PARA RAO X - 30X40 C/ 100	CAIXA	5	378.1790	1.890,90
101	FILME PARA RAO X - 35X35C/ 100.	CAIXA	5	371.9673	1.859,84
102	FILME PARA RAO X - 35X43C/ 100	CAIXA	5	500.2828	2.501,41
103	FILTRO BACTERIANO ADULTO HME - VENTILAÇÃO MECÂNICA	UNIDADE	300	16.0064	4.801,92
104	FILTRO BACTERIANO INFANTIL HME.	UNIDADE	50	22.3833	1.119,17
105	FIO DE SUTURA ALGODÃO C/ 24 UNIDADES AGULHADO - 1.0	CAIXA	10	64.9750	649,75
106	FIO DE SUTURA ALGODÃO C/ 24 UNIDADES AGULHADO - 2.0	CAIXA	10	70.4300	704,30
107	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 0 - AGULHADO C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	141.1810	1.411,81
108	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 1.0 - AGULHADO C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	122.5210	1.225,21
109	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 2.0 - AGULHADO C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	120.8968	1.208,97
110	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 3.0 - AGULHADO C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	120.8459	1.208,46
111	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 0 AGULHADO C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	117.1919	1.171,92
112	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 1.0 AGULHADO C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	115.9951	1.159,95
113	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 2.0 AGULHADO C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	122.7386	1.227,39
114	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 3.0 AGULHADO C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	92.5768	925,77
115	FIO DE SUTURA NYLON C/ 24 UNIDADES AGULHADO - 2.0	CAIXA	15	43.2759	649,14

116	FIO DE SUTURA NYLON C/ 24 UNIDADES AGULHADO - 5.0	CAIXA	10	45.0131	450,13
117	FIO DE SUTURA NYLON C/ 24 UNIDADES AGULHADO - 6.0	CAIXA	10	35.6400	356,40
118	FIO DE SUTURA NYLON C/ 24 UNIDADES AGULHADO COM AGULHA 4 CM - 4.0	CAIXA	15	42.1574	632,36
119	FIO DE SUTURA NYLON C/ 24 UNIDADES COM AGULHA 3 CM - 3.0	CAIXA	25	44.8650	1.121,63
120	FITA ADESIVA 19MMX50M ALTA RESISTÊNCIA (FITA CREPE HOSPITALAR) KIT/10.	UNIDADE	400	5.1485	2.059,40
121	FITA DE AUTOCLAVE 19MMX30M KIT/10.	UNIDADE	100	6.2919	629,19
122	FITA DE GLICEMIA ACCU-CHECK ACTIVE	UNIDADE	150000	1.9500	292.500,00
123	FITA DE GLICEMIA ON CALL PLUS	UNIDADE	50000	1.6900	84.500,00
124	FIXADOR DE TUBO ENDOTRAQUEAL	UNIDADE	300	23.3010	6.990,30
125	FIXADOR RAO-X AUTOMÁTICO 38 L.	UNIDADE	6	402.4977	2.414,99
126	FLUXÔMETRO DE OXIGÊNIO COMPRIMIDO PARA REDE CANALIZADA	UNIDADE	50	104.0600	5.203,00
127	FORMOL TAMPONADO 10% - 1 LITRO.	UNIDADE	10	20.3933	203,93
128	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO C/ 7 UNIDADES EG - ACIMA DE 90KG CINTURA DE 120 A 165 CM (S. BIG FRAL).	PACOTE	5000	13.7666	68.833,00
129	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO C/ 8 UNIDADES G - 70 A 90KG CINTURA DE 115 A 150CM.	PACOTE	5000	14.0732	70.366,00
130	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO C/ 8 UNIDADES M - 40 A 70KG CINTURA 80 A 115CM	PACOTE	5000	13.8395	69.197,50
131	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO C/ 8 UNIDADES P - 30 A 40KG CINTURA DE 50 A 80 CM	PACOTE	5000	13.8247	69.123,50
132	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL G	PACOTE	5000	5.5350	27.675,00
133	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL M	PACOTE	5000	10.7535	53.767,50
134	FRASCO ALMOTOLIA, MATERIAL EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TAMPA EM ROSCA 250 ML.	UNIDADE	100	4.7443	474,43
135	FRASCO ALMOTOLIA, MATERIAL EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TAMPA EM ROSCA 500 ML	UNIDADE	100	5.2722	527,22
136	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL 300 ML	UNIDADE	120	1.7321	207,85
137	GAZE TIPO QUEIJO 91X 91 - 13 FIOS ALTA QUALIDADE	ROLO	200	62.6884	12.537,68
138	GEL PARA ECG 1000G	UNIDADE	30	7.7119	231,36
139	GEL PARA ECG 100 GRAMAS	UNIDADE	100	5.1853	518,53
140	GEL PARA ULTRASSONOGRAFIA 1 L	UNIDADE	5	14.3011	71,51
141	GEL PARA ULTRASSONOGRAFIA 5 L	UNIDADE	5	52.9670	264,84
142	GLICOSE 25% INJETÁVEL - 10ML C/ 200 UNIDADES	CAIXA	2	107.3333	214,67
143	GLICOSE 50% INJETÁVEL - 10ML C/ 200 UNIDADES	CAIXA	10	203.3333	2.033,33
144	HIDROGEL AMORFO COM ALGINATO 30 G.	UNIDADE	100	16.1250	1.612,50
145	HIDROGEL AMORFO COM ALGINATO 85G	UNIDADE	100	31.0940	3.109,40
146	HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML 100ML	UNIDADE	30	4.1500	124,50
147	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% USO HOSPITALAR 1 LITRO	UNIDADE	850	5.1227	4.354,30
148	INDICADOR QUIMICO CLASSE V TIPO: INTEGRADOR C/ 100 UNIDADES.	PACOTE	50	255.7867	12.789,34

149	KIT CATETER VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 7FRX20CM	UNIDADE	300	133.3667	40.010,01
150	LAMINA CURVA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 0	UNIDADE	10	136.0550	1.360,55
151	LAMINA CURVA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 1	UNIDADE	10	137.1450	1.371,45
152	LAMINA CURVA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 2	UNIDADE	10	135.7650	1.357,65
153	LAMINA CURVA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 3	UNIDADE	10	266.7050	2.667,05
154	LAMINA CURVA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 4	UNIDADE	10	135.1150	1.351,15
155	LAMINA CURVA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 5	UNIDADE	10	264.5950	2.645,95
156	LÂMINA DE BISTURI Nº 11 CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	10	47.9735	479,74
157	LAMINA DE BISTURI Nº 20 C/ 100	CAIXA	10	49.5849	495,85
158	LÂMINA DE BISTURI Nº 21 CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	10	56.9353	569,35
159	LAMINA RETA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 0	UNIDADE	10	135.0150	1.350,15
160	LAMINA RETA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 1	UNIDADE	10	125.3400	1.253,40
161	LAMINA RETA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 2	UNIDADE	10	130.7000	1.307,00
162	LAMINA RETA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 3	UNIDADE	10	136.4400	1.364,40
163	LAMINA RETA DE AÇO INOX MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL Nº 4	UNIDADE	10	122.4100	1.224,10
164	LANCETA 28G PARA GLICEMIA DESCARTÁVEL C/ 100 UNIDADES	CAIXA	300	24.7319	7.419,57
165	LENÇOL DE PAPEL (BRANCO) 50CM/50M (LENÇOL HOSPITALAR).	UNIDADE	500	12.8716	6.435,80
166	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO C/ 100 G	CAIXA	600	43.5006	26.100,36
167	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO C/ 100 M	CAIXA	1000	43.1826	43.182,60
168	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO C/ 100 P	CAIXA	1400	39.5805	55.412,70
169	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO C/ 100 PP.	CAIXA	300	23.0097	6.902,91
170	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO SEM TALCO C/ 100 M	CAIXA	200	69.0953	13.819,06
171	LUVA ESTÉRIL 6.5 C/ 200 PARES	CAIXA	5	2.3429	11,71
172	LUVA ESTÉRIL 7.0 C/ 200 PARES	CAIXA	7	2.0981	14,69
173	LUVA ESTÉRIL 7.5 C/ 200 PARES	CAIXA	7	2.1992	15,39
174	LUVA ESTÉRIL 8.0 C/ 200 PARES	CAIXA	5	2.1345	10,67
175	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 15CM X 15 METROS	ROLO	100	21.4757	2.147,57
176	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 6CM X 15M	UNIDADE	100	11.7000	1.170,00
177	MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA 2,10M X 1,40M HOSPITALAR	UNIDADE	100	9.4533	945,33
178	MÁSCARA COM RESERVATÓRIO COMPLETA, TUBO DE SUPLEMENTO DE O2 E PRESILHA DE NARIZ - ADULTO	UNIDADE	150	14.1457	2.121,86
179	MÁSCARA COM RESERVATÓRIO COMPLETA, TUBO DE SUPLEMENTO DE O2 E PRESILHA DE NARIZ - INFANTIL	UNIDADE	100	13.4131	1.341,31
180	MÁSCARA DE OXIGÊNIO TIPO VENTURI ADULTO	UNIDADE	30	24.6200	738,60

181	MÁSCARA DE OXIGÊNIO TIPO VENTURI INFANTIL	UNIDADE	30	17.8433	535,30
182	MÁSCARA LARÍNGEA Nº 1.	UNIDADE	20	59.6400	1.192,80
183	MÁSCARA LARÍNGEA Nº 2.	UNIDADE	20	66.4000	1.328,00
184	MÁSCARA LARÍNGEA Nº 3	UNIDADE	20	68.2333	1.364,67
185	MÁSCARA LARÍNGEA Nº 4.	UNIDADE	20	57.5200	1.150,40
186	MÁSCARA LARÍNGEA Nº 5.	UNIDADE	20	65.5567	1.311,13
187	MÁSCARA N95.	UNIDADE	5000	4.8233	24.116,50
188	MÁSCARA TRIPLA C/ CLIPS E ELÁSTICO	UNIDADE	30000	16.7467	502.401,00
189	MICROPORE 10CM X 4,5M (BOA QUALIDADE)	UNIDADE	1200	12.6267	15.152,04
190	MICROPORE 5 CM X 10 M.	UNIDADE	1000	6.7110	6.711,00
191	MULTIVIA COM CLAMP E TAMPA EXTRA COM REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	4000	1.3338	5.335,20
192	NUTRIÇÃO ENTERAL LÍQUIDA, SISTEMA FECHADO, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, POLIMÉRICA, HIPERCALÓRICA (1,5 KCAL/ML), NORMOPROTEICA (DE 10% A 20% DO VCT), COM ADIÇÃO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS. ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN. EMBALAGEM DE 1000 M	LITRO	200	75.6000	15.120,00
193	NUTRIÇÃO ENTERAL LÍQUIDA, SISTEMA FECHADO, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, POLIMÉRICA, HIPERCALÓRICA (1,5 KCAL/ML), NORMOPROTEICA (DE 10% A 20% DO VCT), SEM ADIÇÃO DE FIBRAS. ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN EMBALAGEM DE 1000 ML.	LITRO	200	75.6000	15.120,00
194	NUTRIÇÃO ENTERAL PARA CONTROLE GLICÊMICO , 1,5 KCAL/ML, SISTEMA FECHADO 1 LITRO.	LITRO	100	97.4450	9.744,50
195	ÓCULOS DE USO HOSPITALAR COM PROTEÇÃO LATERAL E TRANSPARENTE	UNIDADE	50	6.3524	317,62
196	ÓLEO DE GIRASSOL HIDRATANTE - LOÇÃO 200ML - (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAISFRASCO DE 200ML, OLEOSA À BASE DE AGE (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) COM VITAMINAS A E E, COMPOSTO POR ÁCIDO LIMONEICO, ÁCIDO OLEICO, ÁCIDO CAPRÍLICO, ÁCIDO CÁPRICO, ÁCIDO LÁURICO, ÁCIDO PALMÍTICO, ÁCIDO MIRÍSTICO, ÁCIDO ESTEÁRICO, PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A), ACETATO DE TOCOFEROL (VITAMINA E) E LECITINA DE SOJA,)	UNIDADE	300	19.2167	5.765,01
197	ÓLEO MINERAL LAXANTE - 100 ML - SOLUÇÃO ORAL	UNIDADE	300	6.0433	1.812,99
198	OXÍMETRO DE DEDO INFANTIL.	UNIDADE	35	245.3600	8.587,60
199	OXIMETRO DE DEDO PORTÁTILOXÍMETRO DE DEDO DE ALTA PRECISÃO, DISPLAY EM LED DE ALTO BRILHO, 4 ÂNGULOS E 10 MODOS DE EXIBIÇÃO EM TELA, EXIBIÇÃO DE OXIMETRIA, FP E PI, LIGA AUTOMÁTICO APÓS COLOCAÇÃO NO DEDO, DESLIGAMENTO APÓS ATIVIDADE, ALARMES SONOROS E VISUAIS PARA SPO2, FOE. BATERIA COM VIDA LONGA, INDICADOR DE BAIXA VOLTAGEM, GARANTIA DE 1 ANO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. -	UNIDADE	150	188.4533	28.268,00
200	OXIMETRO DE PULSO LEDVISOR EM TECNOLOGIA LED DE ALTO CONTRASTE, FACILITANDO A VISUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS, INFORMA SATURAÇÃO (SPO2) E FREQUÊNCIA CARDÍACA, CAPA PROTETORA EM SILICONE E ESTOJO PARA	UNIDADE	15	119.6314	1.794,47

	ARMAZENAMENTO, COM O CAPA PROTETORA DE SILICONE, ESTOJO PARA ACONDICIONAMENTO, MANUAL DE INSTRUÇÕES. -				
201	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 10X100.	UNIDADE	80	83.8711	6.709,69
202	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 15X100.	UNIDADE	80	125.1233	10.009,86
203	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20X100.	UNIDADE	80	169.0026	13.520,21
204	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 25X100.	UNIDADE	15	150.6254	2.259,38
205	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 30X100.	UNIDADE	15	252.2206	3.783,31
206	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 35X100.	UNIDADE	15	267.1933	4.007,90
207	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 50X100.	UNIDADE	50	33.9137	1.695,69
208	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 8X100.	UNIDADE	20	63.4714	1.269,43
209	PAPEL TERMOSENSÍVEL PARA ECG 216MMX30METROS	UNIDADE	150	44.2428	6.636,42
210	PAPEL TERMOSENSÍVEL PARA ECG 80MMX30METROS	BOBINA	100	21.5027	2.150,27
211	PÁS ADESIVAS ELETRODO DESCARTÁVEL ADULTO PARA DESFIBRILADOR DEA MODELO CMOS DRAKE LIFE 400 FUTURA	UNIDADE	12	745.0000	8.940,00
212	PÊRA PARA ECG	UNIDADE	50	4.8100	240,50
213	PILHAS ALCALINA AAA PALITO	UNIDADE	500	4.6267	2.313,35
214	PILHAS ALCALINAS PARA RELOGIO DE PAREDE AA	UNIDADE	500	3.9233	1.961,65
215	PRENDEDOR UMBILICAL TIPO CLAMP	UNIDADE	100	0.8977	89,77
216	REVELADOR RAO X AUTOMÁTICO 38 L	GALÃO	6	514.2200	3.085,32
217	SACO DE LIXO BRANCO (INFECTANTE) - 100ML	UNIDADE	4500	0.6935	3.120,75
218	SACO DE LIXO BRANCO (INFECTANTE) - 30ML	UNIDADE	3600	0.1694	609,84
219	SACO DE LIXO BRANCO (INFECTANTE) - 50ML	UNIDADE	4500	0.2861	1.287,45
220	SAPATILHA DE MALHA RESISTENTE C/ 100 (PRÓ-PÉ)	PACOTE	10	44.2900	442,90
221	SCALP 19 C/ 100	CAIXA	10	37.0400	370,40
222	SCALP 21 C/ 100	CAIXA	20	33.7200	674,40
223	SCALP 23C/ 100	CAIXA	100	45.0500	4.505,00
224	SCALP 25 C/ 100	CAIXA	15	44.0500	660,75
225	SCALP 27 C/ 100	CAIXA	10	44.5500	445,50
226	SERINGA 01ML C/ AGULHA 13X0,45	UNIDADE	10000	0.3531	3.531,00
227	SERINGA 03ML	UNIDADE	15000	0.2316	3.474,00
228	SERINGA 05ML	UNIDADE	15000	0.2602	3.903,00
229	SERINGA 10ML LUER SLIP	UNIDADE	40000	0.4343	17.372,00
230	SERINGA 20ML LUER SLIP	UNIDADE	25000	0.6841	17.102,50
231	SERINGA 60ML LUER SLIP	UNIDADE	600	2.5967	1.558,02
232	SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX 20/2000ML	UNIDADE	15	33.9133	508,70
233	SOLUÇÃO DE MANITOL 20% USO INTRAVENOSO. SISTEMA FECHADO - FRASCO 250ML	UNIDADE	300	19.3819	5.814,57
234	SONDA ALIMENTAÇÃO ENTERAL COM GUIA Nº 10	UNIDADE	20	11.7973	235,95
235	SONDA ALIMENTAÇÃO ENTERAL COM GUIA Nº 12	UNIDADE	20	12.3020	246,04
236	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06.	UNIDADE	50	0.7480	37,40
237	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08.	UNIDADE	50	0.8444	42,22
238	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10.	UNIDADE	500	0.8713	435,65
239	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12.	UNIDADE	500	0.9730	486,50
240	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14.	UNIDADE	500	1.1364	568,20
241	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16.	UNIDADE	500	1.1015	550,75

242	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº18	UNIDADE	500	1.2057	602,85
243	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20.	UNIDADE	500	1.1028	551,40
244	SONDA DE FOLEY LATEX - 2 VIAS COM BALÃO Nº10.	UNIDADE	60	5.6700	340,20
245	SONDA DE FOLEY LATEX - 2 VIAS COM BALÃO Nº12.	UNIDADE	510	6.6408	3.386,81
246	SONDA DE FOLEY LATEX - 2 VIAS COM BALÃO Nº14.	UNIDADE	510	4.9133	2.505,78
247	SONDA DE FOLEY LATEX - 2 VIAS COM BALÃO Nº16.	UNIDADE	510	4.9633	2.531,28
248	SONDA DE FOLEY LATEX - 2 VIAS COM BALÃO Nº18	UNIDADE	510	4.9900	2.544,90
249	SONDA DE FOLEY LATEX - 2 VIAS COM BALÃO Nº20	UNIDADE	500	4.4795	2.239,75
250	SONDA DE FOLEY LATEX - 2 VIAS COM BALÃO Nº8.	UNIDADE	60	6.5400	392,40
251	SONDA DE FOLEY LATEX - 3 VIAS COM BALÃO Nº 18	UNIDADE	30	10.2200	306,60
252	SONDA DE FOLEY Nº 22, 2 VIAS	UNIDADE	30	4.6600	139,80
253	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 06	UNIDADE	100	0.9273	92,73
254	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 08.	UNIDADE	100	0.9905	99,05
255	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 10	UNIDADE	150	1.0193	152,90
256	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12.	UNIDADE	500	2.0712	1.035,60
257	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14.	UNIDADE	500	1.9328	966,40
258	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16.	UNIDADE	500	2.0931	1.046,55
259	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18.	UNIDADE	500	2.2895	1.144,75
260	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 20	UNIDADE	500	2.4412	1.220,60
261	SONDA URETRAL DE ALIVIO N14	UNIDADE	500	1.2027	601,35
262	SONDA URETRAL DE ALIVIO N16	UNIDADE	500	1.4667	733,35
263	SONDA URETRAL Nº 06.	UNIDADE	50	0.8300	41,50
264	SONDA URETRAL Nº 08.	UNIDADE	50	0.8080	40,40
265	SONDA URETRAL Nº 10.	UNIDADE	800	1.1228	898,24
266	SONDA URETRAL Nº 12	UNIDADE	800	1.1976	958,08
267	SONDA URETRAL Nº 18.	UNIDADE	500	1.1357	567,85
268	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA ADULTO USO RETAL C/ 6 UNIDADES	CAIXA	15	7.4633	111,95
269	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA INFANTIL USO RETAL C/ 6 UNIDADES.	CAIXA	10	8.2000	82,00
270	TALA METÁLICA DE ALUMÍNIO PARA DEDOS 19MM X 180 MM C/ 12.	PACOTE	50	12.7195	635,98
271	TALA MOLDAVEL DE RESGATE G (TALA PARA IMOBILIZAÇÃO MOLDÁVEL EM EVA G)	UNIDADE	50	20.3236	1.016,18
272	TALA MOLDAVEL DE RESGATE M (TALA PARA IMOBILIZAÇÃO MOLDÁVEL EM EVA M)	UNIDADE	50	15.7538	787,69
273	TALA MOLDAVEL DE RESGATE P (TALA PARA IMOBILIZAÇÃO MOLDÁVEL EM EVA P)	UNIDADE	50	15.2700	763,50
274	TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL - TEMPERATURA INTERNA/EXTERNA - UMIDADE	UNIDADE	35	115.2252	4.032,88
275	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	UNIDADE	150	21.4366	3.215,49
276	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO (DE TESTA)	UNIDADE	60	101.0499	6.062,99
277	TERMÔMETRO DIGITAL PARA GELADEIRA	UNIDADE	20	119.2300	2.384,60
278	- TESTE BIOLÓGICO PARA AUTOCLAVE - INDICADOR DE VERIFICAÇÃO DE CICLO VAPOR 24H	CAIXA	500	51.3012	25.650,60
279	TESTE RÁPIDO COVID SWAB	UNIDADE	20000	69.2805	1.385.610,00
280	TESTE RÁPIDO – DENGUE IGG E IGM	UNIDADE	10000	6.0000	60.000,00

281	TORNEIRA DE TRES VIAS	UNIDADE	300	1.2918	387,54
282	TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA C/ 100 (TOUCA HOPSITALAR SANFONADA)	PACOTE	100	12.5209	1.252,09
283	TUBO DE LATEX N 204 15 METROS	PACOTE	10	87.2000	872,00
284	TUBO DE LATEX N° 200 PARA GARROTE PUNÇÃO VENOSA COM 15 A 20 M	PACOTE	10	31.3044	313,04
285	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 2	UNIDADE	15	6.6250	99,38
286	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 2.5.	UNIDADE	15	8.1750	122,63
287	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 3.0	UNIDADE	30	6.7500	202,50
288	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 3.5.	UNIDADE	30	6.3636	190,91
289	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 4.0.	UNIDADE	30	5.5533	166,60
290	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 4.5.	UNIDADE	30	6.2336	187,01
291	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 5.0.	UNIDADE	100	5.6200	562,00
292	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 5.5.	UNIDADE	100	5.0850	508,50
293	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 6.0.	UNIDADE	200	6.7083	1.341,66
294	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 6.5.	UNIDADE	200	9.2000	1.840,00
295	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 7.0.	UNIDADE	350	8.5983	3.009,41
296	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 7.5.	UNIDADE	288	7.5863	2.184,85
297	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 8.0.	UNIDADE	200	8.8022	1.760,44
298	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 8.5.	UNIDADE	150	8.5821	1.287,32
299	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALONETE N° 9.0.	UNIDADE	150	9.1544	1.373,16
300	UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO 250 ML.	UNIDADE	200	26.2422	5.248,44
301	VALVULA P/ CILINDRO DE OXIGENIO C/ FLUXOMETRO.	UNIDADE	25	426.0496	10.651,24
302	VASELINA LIQUIDA 100 ML.	UNIDADE	200	7.7415	1.548,30
				VALOR TOTAL=	4.053.957,89

3. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

3.1. O preço total estimado pela administração para contratação do objeto é de **R\$ 4.053.957,89 (quatro milhões cinquenta e três mil novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos)** conforme os valores constantes no quadro acima.

4. DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1. O **prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato.

4.2. A empresa contratada deverá iniciar imediatamente após a assinatura do pacto contratual o fornecimento estipulado no objeto contratual.

4.3. O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

4.4. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. Motivação da Contratação: Referidos materiais são utilizados diariamente na execução das atividades desenvolvidas pelo Hospital Municipal Dr. Armando Ribeiro e pela Unidade Básica de Saúde, bem como distribuídos pela Farmácia de Minas aos munícipes.

5.2. Objetivos da Contratação: Nesse sentido, são elementos essenciais para a execução, com qualidade, eficiência e rapidez, dos serviços e atividades inerentes a saúde da população, podendo a falta desses itens acarretar danos à saúde. Ademais, o Hospital Municipal Dr. Armando Ribeiro é referência regional em atendimentos de urgência e emergência, servindo, inclusive, de base para o SAMU, nesse sentido, referida aquisição tem por objetivo proporcionar atendimento de qualidade aos usuários do SUS, bem como garantir o direito fundamental a saúde.

6. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Cumpre informar que o levantamento de mercado foi realizado por meio de pesquisa de preços realizada junto a fornecedores dos materiais em questão, bem como através de termos de adjudicação de procedimentos licitatórios realizados por órgãos diversos, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar.

7. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município de 2024, em dotação específica a ser informada em próxima etapa desse processo pelo Departamento de Contabilidade deste Município.

8. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

8.1. Em Bom Jardim de Minas ainda não foi implantado o Plano Anual de Contratações, de forma que neste momento não existe o alinhamento entre a presente contratação e o plano de contratações.

9. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

9.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência, de acordo com o cronograma disponibilizado pelas Secretarias demandantes;

9.2. A Empresa licitante que se sair vencedora do certame licitatório deverá disponibilizar os serviços da melhor forma a atender às necessidades do Município;

9.3. A empresa vencedora responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

9.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:

10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, o fornecimento será fiscalizado pelo Município, através de servidor designado para tal função, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº. 14.133/21.

10.2. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar os fornecimentos, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado no contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 São obrigações da Contratante:

11.2. Efetuar o pagamento a CONTRATADA no prazo e forma estipulados no contrato mediante documento hábil de quitação.

11.3. Solicitar o fornecimento em conformidade com suas necessidades durante o período de contrato;

11.4. Emitir ato designando o responsável pela fiscalização da execução dos serviços.

11.5. O Município deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes deste Termo de Referência;

11.6. Compete ainda ao Município:

a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;

b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;

- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- f) Todas as demais obrigações constantes neste Termo de Referência, que fará parte integrante da Ata de Registro de Preços.
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato de adesão a Ata de Registro de Preços;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços solicitados conforme Ordem de Serviço, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela Administração devidamente assinada por servidor competente para tal;
- 12.2. Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 12.3. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Licitação;
- 12.4. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- 12.5. Considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata; Comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato.
- 12.6. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora.
- 12.7. Realizar, com seus próprios recursos todos os fornecimentos relacionados com o objeto contratado, de acordo com as especificações estipuladas pelo Município.
- 12.8. Prestar, dentro dos prazos, os fornecimentos contratados de acordo com as necessidades e determinações do CONTRATANTE, obedecendo a todas as exigências estabelecidas neste termo;

12.9. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do contrato.

12.10. Fornecer mão-de-obra especializada arcando com a devida remuneração e demais encargos exigidos;

12.11. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas aos fornecimentos, responsabilizando-se pela qualidade do mesmo, bem como pela segurança de seus empregados.

12.12. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados na execução dos fornecimentos contratados.

12.12.1. Responsabilizar-se por todos os atos, acontecimentos e acidentes com seus funcionários no período do fornecimento, excluindo o Contratante de qualquer responsabilidade cível, criminal e de qualquer espécie.

12.13. Quando da solicitação dos fornecimentos, a contratada deve se responsabilizar pelo fornecimento dos itens descritos no tópico 2.2.

12.14. O CONTRATADO responde, por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros, comprovada a culpa ou dolo.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

15.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo original.

16.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

16.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente e irregular com os órgãos fiscais, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a previsão em contrato.

17. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.2. . O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do termino do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

17.3. A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

17.4. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

17.5. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

17.6. . O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

17.7. Se durante a vigência do contrato for constatado que os valores registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

17.8. A extinção da Ata de Registro de Preços poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral;

17.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I-devolução da garantia;

II- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III-pagamento do custo da desmobilização compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.11. . Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I ao IX do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III-alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV-decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI-atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX-não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.12. A detentora da Ata de Registro de Preços terá direito à extinção nas seguintes hipóteses previstas no parágrafo § 2º, incisos I ao V do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II- suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III-repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV-atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

VI-Para a extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, deverão ser observadas os incisos I e II do § 3º do art. 137 da mesma Lei.

VII- Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.13. A rescisão do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

18.1. . Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Município, conforme a Ata de Registro de Preços e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor competente.

18.2. Os fornecimentos, objeto desta Licitação, deverão ser executados em perfeita condição de utilização e normas da ABNT;

18.3 Os fornecimentos deverão ser executados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

19.1. O objeto do contrato será recebido de forma **provisória e definitiva**, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços do contrato:

19.1.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

19.1.2. O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:

a) Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os fornecimentos envolvidos na execução;

b) Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;

c) A fiscalização do Município realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

19.1.3. **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

19.1.3.1. O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s) de acordo com o constante no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, **em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:**

a) Atendidas todas as reclamações do Município referentes a defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos dos serviços;

b) Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos fornecimentos;

c) Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, e FGTS e Certidões negativas de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

19.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.4. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

20. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

20.1 A detentora/contratada obriga-se a executar os fornecimentos licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e da Ata de Registro de Preços/Contrato/Nota de empenho.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.2. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

21.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

21.3.2. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

21.3.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

21.3.4. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

21.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

21.5. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 ~~1921~~.

21.6. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 ~~1921~~, quais sejam:

21.6.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.6.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.6.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

21.6.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.6.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.6.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.6.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.6.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

21.6.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.6.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.6.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.6.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

21.6.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.7. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 19.6.1. deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 19.6.1 a 19.6.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 19.6.2 a 19.6.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.6.8 a 19.6.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

21.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.7.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.7.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.7.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.9. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

22. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

22.1. Não será admitida.

23. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

23.1.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 123 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.1.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

23.1.4. Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.

23.1.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

23.1.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.

23.1.5. Se ocorrer do preço de mercado tornar-se maior que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

23.1.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

23.1.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

23.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

23.1.7. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

23.1.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

23.1.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

23.1.7.3. Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

23.1.7.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.1.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

23.1.8.1. Por razão de interesse público; ou

23.1.8.2. A pedido do fornecedor.

24. DAS REVISÕES DE PREÇOS

24.1. O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

24.2. O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

24.3. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Consultoria Jurídica do Consórcio.

24.4. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

24.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

25. DO REAJUSTE

25.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

25.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

25.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

25.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

26. ALTERAÇÕES DO CONTRATO

26.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 126 da Lei nº 14.133/2021.

26.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 126 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

27. EXTINÇÃO DO CONTRATO

27.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

27.2. A extinção do contrato poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

27.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

27.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

27.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

27.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

27.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

27.5.3. Indenizações e multas.

28. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

28.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Qualquer omissão referente ao teor deste Termo de Referência deverá ser suprida de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

Bom Jardim de Minas/MG, 17 de maio de 2024.

Maria Aparecida Ferreira Almeida
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 2839